

**LEI Nº 4010, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

**“Estima a receita e fixa a despesa do município de Balneário Camboriú para o exercício financeiro de 2017.”**

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú para o exercício financeiro de 2017, em R\$ 717.419.091,22 (setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e dezenove mil, noventa e um reais e vinte e dois centavos), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta; e

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades, fundos e órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta a ele vinculados.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município de Balneário Camboriú para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 717.419.091,22 (setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e dezenove mil, noventa e um reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 502.317.222,22 (quinhentos e dois milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 215.101.869,00 (duzentos e quinze milhões, cento e um mil e oitocentos e sessenta e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura Municipal	14.021.875,00
Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	15.202.500,00
Fundo Municipal de Saúde	138.535.246,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.773.548,00
Fundo Municipal da Assistência Social	2.186.700,00
Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	40.382.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>215.101.869,00</b>

**CAPÍTULO III**

**DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

Art. 3º - O Orçamento do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 717.419.091,22 (setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e dezenove mil, noventa e um reais e vinte e dois centavos), e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 535.749.300,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil e trezentos reais) e para a Administração Indireta em R\$ 181.669.791,22 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos).

**Seção I**

**Da Estimativa da Receita**

Art. 4º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	641.791.900,00
1.1. Receita Tributária	238.306.500,00
1.2. Receita de Contribuições	37.741.000,00
1.3. Receita Patrimonial	71.777.950,00
1.6. Receita de Serviços	59.625.955,00
1.7. Transferências Correntes	184.040.850,00
1.9. Outras Receitas Correntes	50.299.645,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	25.720.000,00
2.1. Operações de Crédito	5.210.000,00
2.2. Alienação de Bens	100.000,00
2.4. Transferência de Capital	2.060.000,00
2.5. Outras de Capital	18.350.000,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	49.907.191,22
7.1. Receita de Contribuições	42.961.700,00
7.2. Receita de Serviços	871.900,00
7.3. Outras Receitas Correntes	6.073.591,22
TOTAL	717.419.091,22

**Seção II**

**Da Fixação da Despesa**

Art. 5º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	17.501.500,00

02. Gabinete do Prefeito	34.330.255,00
03. Secretaria de Gestão Administrativa	39.424.360,05
04. Secretaria da Fazenda	24.788.300,00
05. Secretaria de Educação	150.450.126,00
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	29.826.600,00
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	8.044.800,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.285.500,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.936.700,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	10.348.575,00
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	15.994.489,95
13. Secretaria da Pessoa Idosa	3.631.300,00
14. Secretaria de Compras	1.943.500,00
15. Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública	993.500,00
19. Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	42.000,00
20. Fundo Municipal de Saúde	138.535.246,00
21. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar	51.100,00
22. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	1.505.000,00
24. Fundo Rotativo do Bem Estar Social	3.395.750,00
25. Fundo Municipal de Turismo	5.756.000,00
26. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.773.548,00
27. Fundo Municipal da Assistência Social	2.186.700,00
28. Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	17.088.500,00
29. Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros	2.062.200,00
30. Fundação Municipal de Esporte	7.913.000,00
31. Fundo Municipal de Trânsito	18.287.000,00
32. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	288.500,00
33. Fundação Cultural de Balneário Camboriú	3.422.000,00
34. Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	107.216.791,22
35. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	63.118.000,00
99. Reserva de Contingência	278.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>717.419.091,22</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	17.501.500,00
02. Judiciária	28.595.600,00
04. Administração	63.097.905,00
06. Segurança Pública	28.398.989,95
08. Assistência Social	20.982.123,00
09. Previdência Social	40.382.000,00
10. Saúde	153.737.746,00
11. Trabalho	10.000.000,00
12. Educação	150.450.126,00
13. Cultura	3.522.000,00
14. Direitos da Cidadania	1.170.200,00
15. Urbanismo	36.558.000,00
16. Habitação	3.395.750,00
17. Saneamento	61.323.818,83
18. Gestão Ambiental	4.266.700,00
23. Comércio e Serviços	8.041.500,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
27. Desporto e Lazer	7.818.000,00
28. Encargos Especiais	14.644.591,22
99. Reserva de Contingência	63.532.541,22
<b>TOTAL</b>	<b>717.419.091,22</b>

### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1502. Legislativo Atual	17.501.500,00
1504. Gestão Administrativa Eficiente	44.442.965,05
1506. Ações Judiciais	28.595.600,00
1508. Gestão Financeira Equilibrada	24.788.300,00
1510. Cultura e Arte	3.422.000,00
1512. Educação em Ação	476.000,00
1514. Educação de Qualidade	149.974.126,00
1516. Balneário Camboriú Mais Iluminada	9.305.000,00
1518. Desenvolvimento e Inclusão Social	9.750.575,00
1520. Assistência Social a Família	2.186.700,00
1522. Assistência a Criança e ao Adolescente	5.413.548,00
1524. Apoio ao Trânsito	18.287.000,00
1526. Prevenção de Sinistros	2.062.200,00
1528. Apoio ao Consumidor	288.500,00
1530. Meio Ambiente e Cidadania	3.441.700,00
1532. Balneário Camboriú – A Rota do Turismo	8.041.500,00
1534. Conservação do Patrimônio Público	2.994.450,00
1536. Segurança e Incolumidade Pública	16.045.589,95
1538. Plano de Saúde para o Servidor	17.088.500,00
1540. Previdência Social do Servidor	107.216.791,22
1542. Saneamento e Qualidade de Vida	50.243.000,00
1544. Esporte Balneário Camboriú em Ação	7.913.000,00
1546. Habitação de Interesse Social	3.395.750,00
1548. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	12.675.000,00
1550. Obras e Benfeitorias Urbanas	8.753.900,00
1552. Gestão Tecnológica da Informação	589.600,00
1554. Planejar para Prosseguir	3.898.800,00
1556. Infraestrutura Viária	7.480.400,00
1558. Limpeza Urbana e Paisagismo	4.287.300,00
1560. Reestruturação das unidades de Saúde Pública	292.500,00
1562. Saúde de Qualidade para Todos	58.071.025,00
1564. Vigilância em Saúde	9.840.762,00
1566. Saúde de Média e Alta Complexidade	70.315.959,00
1568. Operações Urbanas Consorciadas	4.146.000,00
1570. Drenagem Urbana Sustentável	200.000,00
1572. Atendimento ao Idoso	3.631.300,00
1574. Profissionalização da Gestão Pública	84.000,00
1576. Reserva de Contingência	278.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>717.419.091,22</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	536.345.116,78
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	318.827.065,95
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	943.500,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	216.574.550,83
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	67.629.242,00
4.4.00.00 Investimentos	67.111.242,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	5180.000,00
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIA	49.912.191,22
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	42.961.700,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	6.950.491,22
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	63.532.541,22
<b>TOTAL</b>	<b>717.419.091,22</b>

**CAPÍTULO IV**

**DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**Seção I**

**Do Orçamento da Prefeitura Municipal**

Art. 6º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 491.031.400,00 (quatrocentos e noventa e um milhões, trinta e um mil e quatrocentos reais) e fixa a despesa em R\$ 324.369.356,00 (trezentos e vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais) proporcionando um superávit de R\$ 166.662.044,00 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e quarenta e quatro reais), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	467.356.400,00
1.1. Receita Tributária	237.607.500,00
1.2. Receita de Contribuições	8.999.000,00
1.3. Receita Patrimonial	19.824.650,00
1.6. Receita de Serviços	10.000,00
1.7. Transferências Correntes	152.743.250,00
1.9. Outras Receitas Correntes	48.172.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	23.660.000,00
2.1. Operações de Crédito	5.210.000,00
2.2. Alienação de Bens	100.000,00
2.5 Outras de Capital	18.350.000,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	15.000,00
7.9 Outras Receitas Correntes	15.000,00



TOTAL	491.031.400,00
-------	----------------

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	34.330.255,00
03. Secretaria de Gestão Administrativa	39.424.360,05
04. Secretaria da Fazenda	24.788.300,00
05. Secretaria de Educação	150.450.126,00
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	29.826.600,00
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	8.044.800,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.285.500,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.936.700,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	10.348.575,00
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	15.994.489,95
13. Secretaria da Pessoa Idosa	3.631.300,00
14. Secretaria de Compras	1.943.500,00
15. Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública	993.500,00
19. Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	42.000,00
21. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar	51.100,00
99. Reserva de Contingência	278.250,00
TOTAL	324.369.356,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	28.595.600,00
04. Administração	53.337.905,00
06. Segurança Pública	14.429.689,95
08. Assistência Social	14.021.875,00
11. Trabalho	10.000.000,00
12. Educação	150.450.126,00
13. Cultura	110.000,00
14. Direitos da Cidadania	881.700,00
15. Urbanismo	35.711.600,00
18. Gestão Ambiental	1.936.700,00
23. Comércio e Serviços	2.285.500,00
28. Encargos Especiais	12.330.410,05
99. Reserva de Contingência	278.250,00
TOTAL	324.369.356,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	244.475.590,95
4.0.00.00 – Despesas de Capital	41.066.805,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	38.548.710,05

9.0.00.00 – Reserva de Contingência	278.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>324.369.356,00</b>

## Seção II

### Do Orçamento da Câmara de Vereadores

Art. 7º - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2017 fixa a despesa orçamentária em R\$ 17.501.500,00 (dezessete milhões, quinhentos e um mil e quinhentos reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

Parágrafo Único - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	17.501.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.501.500,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	16.594.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	259.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	648.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.501.500,00</b>

## Seção III

### Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 31.588.700,00 (trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e setecentos reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 138.535.246,00 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais), proporcionando um déficit de R\$ 106.946.546,00 (cento e seis milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	31.588.700,00
1.3. Receita Patrimonial	1.013.100,00
1.7. Transferências Correntes	30.575.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.588.700,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	138.535.246,00
<b>TOTAL</b>	<b>138.535.246,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	129.184.242,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.088.354,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	8.262.650,00
<b>TOTAL</b>	<b>138.535.246,00</b>

**Seção IV**

**Do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente**

Art. 9º - O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 1.505.000,00 (um milhão, quinhentos e cinco mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.442.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>63.000,00</b>
1.3. Receita Patrimonial	52.000,00
1.6. Receita de Serviços	1.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>63.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	1.505.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.505.000,00</b>



## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	1.168.000,00
4.0.00.00 Despesas de Capital	325.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	12.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.505.000,00</b>

### Seção V

#### Do Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Art. 10. - O Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros – FUMPRESI para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.062.200,00 (dois milhões, sessenta e dois mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.812.200,00 (um milhão, oitocentos e doze mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	250.000,00
1.3. Receita Patrimonial	250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>250.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do FUMPRESI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	2.062.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.062.200,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	610.200,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.451.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	1.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.062.200,00</b>

### Seção VI

#### Do Orçamento do Fundo Rotativo o Bem Estar Social

Art. 11. - O Orçamento do Fundo Rotativo do Bem Estar Social – FURBES para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 2.026.000,00 (dois milhões e vinte e seis mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.395.750,00 (três milhões trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.369.750,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	26.000,00
1.3. Receita Patrimonial	26.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.000.000,00
2.4. Transferência de Capital	2.000.000,00
TOTAL	2.026.000,00

§ 2º - A Despesa do FURBES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. Habitação	3.395.750,00
TOTAL	3.395.750,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	268.250,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.127.500,00
TOTAL	3.395.750,00

### Seção VII

#### Do Orçamento do Fundo Municipal de Turismo

Art. 12. - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) e fixa a Despesa Orçamentária em 5.756.000,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.756.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.000.000,00

1.1. Receita Tributária	699.000,00
1.3. Receita Patrimonial	50.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	251.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do FUMTUR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	5.756.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.756.000,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	5.660.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	90.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	6.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.756.000,00</b>

**Seção VIII**

**Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Art. 13. - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.773.548,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.520.548,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte mil e quinhentos e quarenta e oito reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e de outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>253.000,00</b>
1.3. Receita Patrimonial	33.000,00
1.7. Transferências Correntes	200.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>253.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

08. Assistência Social	4.773.548,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.773.548,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	4.545.015,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	225.383,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	3.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.773.548,00</b>

### Seção IX

#### Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 14. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 599.700,00 (quinhentos e noventa e nove mil e setecentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.186.700,00 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil e setecentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.587.000,00 (hum milhão, quinhentos e oitenta e sete mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	539.700,00
1.3. Receita Patrimonial	26.700,00
1.7. Transferências Correntes	512.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	131.204,80
2.4. Transferências de Capital	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>599.700,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	2.186.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.186.700,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.581.700,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	599.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	6.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.186.700,00</b>

**Seção X**

Do Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú

Art. 15. - O Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 17.278.500,00 (dezessete milhões, duzentos e setenta e oito mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 17.088.500,00 (dezessete milhões, oitenta e oito mil, e quinhentos reais), proporcionando um superávit de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) que deverá ser transferido para a Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intraorçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	11.496.000,00
1.2. Receita de Contribuições	10.539.000,00
1.3. Receita Patrimonial	957.000,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.782.500,00
7.2. Receita de Contribuições	5.782.500,00
TOTAL	17.278.500,00

§ 2º - A Despesa do FUNSERVIR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.886.000,00
10. Saúde	15.202.500,00
TOTAL	17.088.500,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	16.862.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	155.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	71.000,00
TOTAL	17.088.500,00

**Seção XI**

Do Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito

Art. 16. - O Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 18.287.000,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e sete mil e

quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 17.477.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e sete mil reais), que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	810.000,00
1.3. Receita Patrimonial	810.000,00
TOTAL	810.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMTRAN será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	5.533.500,00
06. Segurança Pública	11.907.100,000
15. Urbanismo	846.400,00
TOTAL	18.287.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	17.201.300,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.084.200,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	1.500,00
TOTAL	18.287.000,00

### Seção XII

#### Do Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor

Art. 17. - O Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor - FMDC para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 220.500,00 (duzentos e vinte mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 288.500,00 (duzentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	220.500,00
1.3. Receita Patrimonial	150.500,00
1.9. Outras Receitas Correntes	288.500,00
TOTAL	220.500,00



§ 2º - A Despesa do FMDC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. Direitos da Cidadania	288.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>288.500,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	205.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	80.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	3.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>288.500,00</b>

**CAPÍTULO V**

**DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**Seção I**

**Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes**

Art. 18. - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FME para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 7.913.000,00 (sete milhões, novecentos e treze mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 7.887.500,00 (sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	25.500,00
1.3. Receita Patrimonial	25.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	500,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.500,00</b>

§ 2º - A Despesa da FME será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	60.000,00
27. Desporto e Lazer	7.818.000,00

28. Encargos Especiais	35.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.913.000,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	7.687.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	160.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	65.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.913.000,00</b>

### Seção II

#### Do Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú

Art. 19. - O Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.422.000,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 3.255.500,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com as Transferências Financeiras da Prefeitura no valor de R\$ 3.250.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta mil reais) e da Emasa, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>166.500,00</b>
1.3. Receita Patrimonial	50.000,00
1.6. Receita de Serviços	50.500,00
1.7. Transferências Correntes	10.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	56.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>166.500,00</b>

§ 2º - A Despesa da FCBC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	3.412.000,00
28. Encargos Especiais	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.422.000,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.176.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	180.000,00

3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	65.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.422.000,00</b>

### Seção III

Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú

Art. 20. - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 107.200.791,22 (cento e sete milhões, duzentos mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 107.216.791,22 (cento e sete milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos) proporcionando um déficit de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intraorçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>63.963.000,00</b>
1.2. Receita de Contribuições	18.203.000,00
1.3. Receita Patrimonial	45.510.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	250.100,00
<b>7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>43.237.791,22</b>
7.2. Receita de Contribuições	37.179.200,00
7.9 Outras Receitas Correntes	6.058.591,22
<b>TOTAL</b>	<b>107.200.791,22</b>

§ 2º - A Despesa do BCPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	2.280.500,00
09. Previdência Social	40.382.000,00
28. Encargos Especiais	1.300.000,00
99. Reserva de Contingência	63.254.291,22
<b>TOTAL</b>	<b>107.216.791,22</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	42.711.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	50.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	1.201.500,00
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	63.254.291,22

<b>TOTAL</b>	<b>107.216.791,22</b>
--------------	-----------------------

#### Seção IV

Do Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

Art. 21. - O Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 64.905.500,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e cinco mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 63.118.000,00 (sessenta e três milhões, cento e dezoito mil reais), proporcionando um superávit de R\$ 1.787.500,00 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) podendo ser transferido para a Prefeitura o valor de R\$ 1.782.500,00 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) e para a FCBC o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes e receitas intraorçamentárias correntes, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	64.033.600,00
1.3. Receita Patrimonial	3.000.000,00
1.6. Receita de Serviços	59.564.455,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.469.145,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	871.900,00
<b>TOTAL</b>	<b>64.905.500,00</b>

§ 2º - A Despesa da EMASA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	61.323.818,83
18. Gestão Ambiental	825.000,00
28. Encargos Especiais	969.181,17
<b>TOTAL</b>	<b>63.118.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	44.413.818,83
4.0.00.00 – Despesas de Capital	17.688.000,00
3.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentária	1.016.181,17
<b>TOTAL</b>	<b>63.118.000,00</b>

#### CAPÍTULO VI

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 22. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 24. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 22 desta Lei.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 25. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 27. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 28. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou através de autorização legislativa específica para os créditos especiais não previstos.

Art. 29. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	1.000.000,00
Passivos Contingentes – DEMAIS	500.000,00
Demais Riscos Fiscais	0,00
TOTAL	1.500.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 30. - Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

## CAPÍTULO VII

### DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 31. - Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal está autorizado a realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 33. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, EPAGRI, CIASC, FUNSET, FECAM, CNM, AMFRI, UFSC, UDESC e demais Universidades e Faculdades.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**  
**Secretaria de Articulação Governamental**

---

Art. 34. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

Art. 35. - A presente lei irá vigorar durante o exercício de 2017, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Balneário Camboriú (SC), 26 de dezembro de 2016.

EDSON RENATO DIAS  
Prefeito Municipal